ACÓRDÃO Nº 29.598, DE 27/10/2016

Processo nº 360022010-00

Origem: Câmara Municipal de Itaituba

Assunto: Prestação de Contas de 2010

Responsável: Hilton Alves de Aguiar

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Itaituba. Exercício de 2010. Pela aprovação das contas e expedição de Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 191 a 194 dos autos.

Decisão: I. Aprovar as Contas da Câmara Municipal de Itaituba exercício 2010, de responsabilidade do Sr. Hilton Alves de Aguiar; II. Expedir o Alvará de Quitação no valor de R\$ 2.864.678,50 (dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) em favor do Sr. Hilton Alves de Aguiar, pelas despesas ordenadas.

ACÓRDÃO Nº 29.600, DE 27/10/2016

Processo nº 141812011-00 (201201906-00)

Origem: Fundação Municipal de Assistência ao Estudante – Belém

Assunto: Prestação de Contas de 2011

Responsável: Víctor Hugo Moreira da Cunha Júnior

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. Fundo Municipal de Assistência ao Estudante – FMAE. Exercício de 2011. Pela aprovação das contas e expedição do Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 258 a 260 dos autos.

Decisão: 1. Aprovar as contas do Fundo Municipal de Assistência ao Estudante – Belém, exercício de 2011, de responsabilidade do Sr. Víctor Hugo Moreira da Cunha Júnior;

2. Expedir o Alvará de Quitação, no valor de R\$ 28.804.193,44 (vinte e oito milhões, oitocentos e quatro mil, cento e noventa e três reais quarenta e quatro centavos) pelas despesas ordenadas.

ACÓRDÃO Nº 29.613, DE 01/11/2016

Processo nº 201603415-00 (1073282013-00)

Origem: Fundo Municipal de Educação de Abel Figueiredo

Assunto: Recurso Ordinário

Responsável: Arleilson Valério Alves da Cruz

Relator: Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: Recurso Ordinário. FME de Abel Figueiredo. Exercício de 2013. Prestação de contas. Pelo conhecimento. No mérito pelo provimento parcial. Pela aprovação com ressalva. Manter a multa de R\$-1.000,00, contida no Acórdão nº 27.011, de 18/06/15.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: Conhecer do Recurso para no mérito dar-lhe provimento parcial.

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES**Decisão Monocrática****PROCESSO Nº 201005233-00**

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Marabá

INTERESSADO: Maurino Magalhães de Lima

ASSUNTO: Convênio s/n firmado entre Prefeitura Municipal de Marabá e Águia de Marabá Futebol Clube Ex 2010.**MINISTÉRIO PÚBLICO:** Maria Inez de Mendonça Gueiros.

Relatório:

Versam os autos acerca da solicitação da legalidade do Termo de Convênio s/n que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ e ÁGUIA DE MARABÁ FUTEBOL CLUBE.

O ato sob análise têm por objeto "incentivar o futebol profissional do Município", no aporte de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), em 11 (onze) parcelas, sendo as duas primeiras no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), e as demais no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada uma, com vigência de 18/02/2010 a 31/12/2010, conforme descrição do respectivo Plano de Trabalho (às fls. 79/80)

A 5ª Controladoria (fls.87/88) manifesta-se, conclusivamente, pela Irregularidade do convênio, fundamentado no Art. 12, §3º, da Lei nº 4.320/64 "tendo em vista que futebol profissional não caracteriza investimentos sociais, portanto não foram cumpridos todos os requisitos necessários à regularidade dos atos em comento."

O Ministério Público, por intermédio de seu Parecer (fls. 91/92), manifesta-se pela Ilegalidade do convênio, argumentando que a subvenção social a um clube de futebol profissional, teoricamente com fins lucrativo, não pode, em nosso entendimento, ser enquadrada no Artigo 217, Inciso II, da Constituição Federal, como caso específico, pois não é incentivo a desporto educacional de alto rendimento." Cita, ainda, decisões dos TCE's dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e de São Paulo, desaprovando os convênios com ajuda financeira a clubes de futebol profissional, considerando como desvio de finalidade, pois foram aplicados

recursos sem finalidade pública e sugerem "restituírem os valores devidos"

Por fim, em face do prazo de vigência expirado, sugere a juntada dos autos à prestação de contas para análise da execução financeira do Convênio.

Fundamento

Do conteúdo extraído dos autos, constato que a ferramenta jurídica aplicada está em desacordo com as normas legais previstas no Artigo 116, caput da Lei 8.666/93, haja vista que o vínculo jurídico estabelecido entre os partícipes resultam em obrigações diversas e onerosas, visando tão somente incentivar o futebol profissional do município, sem demonstrar no plano de trabalho previamente aprovado, o interesse comum e recíproco que caracterize a celebração do Ato por meio de Convênio, em prol do princípio da finalidade pública. Ressalto, contudo, a evidência de um projeto que visa a manutenção de uma sociedade de personalidade jurídica, aparentemente de fins lucrativos, haja vista que, compulsando os autos, não restou claro a natureza jurídica da referida Sociedade em seu Estatuto (às fls. 14/28).

Nesse contexto, analisando o objeto principal, constato a inobservância ao dispositivo legal elencado no Art. 19, caput da Lei 4320/64, pois, não há qualquer permissivo legal para celebração de cooperação recíproca com associações que têm a finalidade lucrativa, salvo em casos que exista lei especial, o que não é o caso do referido instrumento congênere.

Dessa forma, faço minhas ponderações ao afirmar que o Estado como garantidor dos direitos difusos e coletivos, tem o dever de fomentar as práticas desportivas, desde que os recursos sejam destinados a prática desportiva educacional, conforme prevê o Art. 217, II, da Constituição Federal, o que não ocorreu no caso em tela, que indica como objeto principal apenas o incentivo as atividades desenvolvidas pelos profissionais do clube.

Ademais, cumpre ressaltar que diante da análise sistemática constitucional, é imprescindível a comprovação pela entidade interessada de que há o interesse público no incentivo ao fomento da prática desportiva voltada aos interesses sociais, para assim, ensejar na legalidade das transferências de recursos para subsidiar o Termo de Convênio.

Verifico, ainda, que através da Resolução nº 11.931/2015 TCM/PA, Processo nº 201106194-00, de minha Relatoria, o Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Marabá com o clube Águia de Marabá Futebol Clube, com o mesmo objeto deste convênio, foi julgado irregular.

Com fundamento no Art. 67, XIII, do RITCM/PA, homologo as posições Técnica e Ministerial diante da convergência de opiniões, e decido pela Ilegalidade do Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Marabá e o clube Águia de Marabá Futebol Clube, em 18 de fevereiro de 2010.

Comprovado nos autos, que ex Gestor Municipal praticou ato que gerou dano ao erário na realização de despesas com afronto ao Art. 217, II, da CF/88 e Art. 19, caput da Lei Nº 4320/64, imputo ao Sr. Maurino Magalhães de Lima, ex Prefeito Municipal de Marabá, a obrigação de devolver aos cofres municipais, o valor do aludido Convênio de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), devidamente corrigido, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo comprovar o recolhimento nos termos do §5º, do Art. 287, do RITCM/PA.

Pelos danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegal, ilegítimo e antieconômico, pelo sr. Maurino Magalhães de Lima, conforme demonstrado acima, aplico a multa de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), que deverá ser recolhido aos cofres municipais, no prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no Art. 58, da LC Estadual nº 84/2012.

Vistos, relatados, etc. Com fundamento no Art. 67, XIII, do RITCM/PA, homologo as posições Técnica e Ministerial diante da convergência de opiniões, em manifestarem-se pela Ilegalidade do Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Marabá e o clube Águia de Marabá Futebol Clube, em 18 de fevereiro de 2010.

Comprovado nos autos, que ex Gestor Municipal praticou ato que gerou dano ao erário na realização de despesas com afronto ao Art. 217, II, da CF/88 e Art. 19, caput da Lei nº 4320/64, imputo ao Sr. Maurino Magalhães de Lima, ex Prefeito Municipal de Marabá, a obrigação de devolver aos cofres municipais, o valor do aludido Convênio de R\$260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), devidamente corrigido, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo comprovar o recolhimento nos termos do §5º, do Art. 287, do RITCM/PA.

Pelos danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegal, ilegítimo e antieconômico,, pelo sr. Maurino Magalhães de Lima, conforme demonstrado acima, aplico a multa de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), que deverá ser recolhido aos cofres municipais, no prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no Art. 58, da LC Estadual nº 84/2012.

Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para providências cabíveis.

Determino a publicação desta decisão resumidamente no Diário Oficial, nos termos da Ordem de Serviço nº 001/2016/CORREGEDORIA/TCM/PA DE 17.05.2016.

Belém, 14 de outubro de 2016.

Luis Daniel Lavareda Reis Júnior
Conselheiro TCM/PA**Decisão Monocrática****PROCESSO Nº 201018311-00 (Junt. P.Contas****201100886-00 e201021438-00)**

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Marabá

INTERESSADO: Maurino Magalhães de Lima – Prefeito

ASSUNTO: Termo de convênio celebrado com o Centro Social e Esportivo Primavera.

MINISTÉRIO PÚBLICO: Maria Regina Cunha.

Relatório:

Tratam os autos sobre Termo de Convênio s/nº celebrado entre a Prefeitura Municipal de Marabá e o Centro Social e Esportivo Primavera.

O ato sob análise tem por objeto "a concessão de apoio financeiro à entidade convenente, objetivando reforçar a formação do cidadão através do esporte, educando-o e criando melhores oportunidades na preparação de estudantes, assegurando o acesso à escola e retirando-os das ruas, melhorar a estrutura da entidade, uniformizar moderna e adequadamente as equipes para as suas apresentações e, por fim, custear compra de materiais" (fls.54)

A concessão de ajuda financeira a entidade é de R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais), divididos em 06 (seis) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 60.466,67 (sessenta mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), e as demais no valor mensal de R\$ 11.666,67 (onze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos). O período de vigência é de 01/06/2010 a 31/12/2010.

A 5ª Controladoria/Jurídica, em manifestação, verificou que a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Marabá, exercício 2010, de responsabilidade do Prefeito Maurino Magalhães de Lima já tinha sido objeto de apreciação plenária, por meio do Acórdão nº 24.436/2013 e publicado no DOE em 27.01.2014, cuja decisão foi no sentido de não aprovar as contas.

O Órgão Técnico, então, sugere a juntada dos autos à prestação de contas para análise em conjunto, em virtude da ocorrência da apreciação das contas de Gestão da Prefeitura de Marabá e o Termo de Convênio, que é a matéria tratada neste processo, está devidamente Regular, cujo prazo de vigência encontra-se expirado. O Ministério Público de Contas (fls. 77) se manifestou opinando pela Regularidade do Convênio, que é a matéria objeto de análise deste processo e considerando a informação prestada pela Assessoria Jurídica do TCM/PA, de que a Prestação de Contas da Prefeitura de Marabá já foi apreciada plenária por meio do Acórdão nº 24.436/2013, sugere a juntada dos autos à respectiva prestação de contas, para análise conjunta, sem prejuízo da decisão proferida através do aludido Acórdão.

FUNDAMENTAÇÃO

Com fundamento no Artigo 67, Inciso XIII, do RITCM/PA, homologo as posições Técnica e Ministerial, diante da convergência de opiniões, em manifestarem-se pela Legalidade do Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Marabá e o Centro Social e Esportivo Primavera, em 01 de junho de 2010.

CONCLUSÃO

Ante ao exposto, decido pela LEGALIDADE do ato. Além do mais, verifico que o prazo de vigência encontra-se expirado, razão pela qual, determino a juntada do termo de convênio em epígrafe a respectiva Prestação de Contas para análise conjunta, na forma do disposto da Resolução nº 5.717 – TCM/PA, aplicável no processo em apreço.

Determino que esta decisão seja publicada no Diário Oficial, nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2016/CORREGEDORIA/TCM/PA, de 17.05.2016.

Vistos, relatados, etc. Ante ao exposto, decido pela LEGALIDADE do ato. Além do mais, verifico que o prazo de vigência encontra-se expirado, razão pela qual, determino a juntada do termo de convênio em epígrafe a respectiva Prestação de Contas para análise conjunta, na forma do disposto da Resolução nº 5.717 – TCM/PA, aplicável no processo em apreço.

Determino que esta decisão seja publicada no Diário Oficial, nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2016/CORREGEDORIA/TCM/PA, de 17.05.2016.

Belém, 08 de novembro de 2016.

Luis Daniel Lavareda Reis Júnior

Conselheiro TCM/PA

Decisão Monocrática**PROCESSO Nº 201207968-00**

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Marabá

INTERESSADO: Maurino Magalhães de Lima

ASSUNTO: Convênio s/n firmado com Águia de Marabá Futebol Clube

MINISTÉRIO PÚBLICO: Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros.

Versam os autos acerca da solicitação da legalidade do Termo de Convênio s/n que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ e ÁGUIA DE MARABÁ FUTEBOL CLUBE.

O ato sob análise têm por objeto "incentivar o futebol profissional do Município", conforme Cláusula Primeira – Do Objeto (fls.79), no aporte de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), sendo a primeira parcela de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e 10 (dez) parcelas de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com vigência de 29/02/2012 a 31/12/2012, consoante descrição do respectivo Plano de Trabalho (fls. 77/78)